



Ministério da Educação
FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO
Secretaria do Fórum Nacional de Educação

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FNE 2020**

2 Às nove horas do dia dez de março do ano de dois mil de vinte, no Sindicato dos
3 Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal – SINEPE/DF, SEPS Quadra
4 714/914 Ed. Porto Alegre Salas 401/413 – Brasília-DF, deu-se início à 1ª Reunião Ordinária do
5 primeiro semestre de 2020 do Fórum Nacional de Educação – FNE, presidida pela coordenadora
6 do FNE, Maria Ester Galvão de Carvalho, e estavam presentes: Ítalo Francisco Cúrcio e
7 Geomário Moreira Carneiro, representando a Associação Brasileira de Instituições Educacionais
8 Evangélicas – ABIEE; Paulo Muniz Lopes, representando a Associação Brasileira das
9 Universidades Comunitárias – ABRUC; Roberta Valeria Guedes de Lima, representando a
10 Associação Nacional de Educação Católica do Brasil – ANEC; Senador Flávio José Arns,
11 representando a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal – CEC/SF; Maria
12 Eliane Franco Monteiro Azevedo, representando a Confederação Nacional da Indústria – CNI;
13 Arnaldo Cardoso Freire, representando a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de
14 Ensino – CONFENEN; Marioneide Angélica Kliemaschewsk, representando o Conselho
15 Nacional de Secretários de Educação – CONSED; Edna Aparecida Alego, representando o
16 Comitê Brasileiro das Organizações Representativas das Pessoas com Deficiência – CRPD;
17 Maria Ester Galvão de Carvalho e Álvaro Moreira Domingues Júnior, representando o Fórum
18 Nacional dos Conselheiros Estaduais de Educação – FNCEE; Antônio Martins Harrad Reis, Toni
19 Reis, representando a Aliança Nacional LGBTI, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e
20 Intersexuais; Daniele Bernardino Pereira de Salles, representando o Serviço Nacional de
21 Aprendizagem Comercial – SENAC; Manoel Humberto Gonzaga Lima e Eduardo Cezar da
22 Silva, representando a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME;
23 Alessio Costa Lima, representando a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação –
24 UNDIME; Maria Eunice Gomes Costa Vilarins, representando a Secretaria de Educação
25 Superior, do Ministério da Educação – SESu/MEC; Fabrício Storani de Oliveira, representando a
26 Secretaria de Modalidade Especializadas de Educação, do Ministério da Educação –
27 SEMESP/MEC; Anthony Tannus Wright, representando a Secretaria de Alfabetização, do
28 Ministério da Educação – SEALF/MEC; Alexandre Barbosa Brandão da Costa, representando o
29 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; Joana Paula
30 Alves da Silva Noia de Sousa, representando a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
31 Nível Superior – CAPES; Suely Melo de Castro Menezes, representando o Conselho Nacional de
32 Educação – CNE; Francisco F. Shlabitz, como ouvinte representando o Rotary Internacional no
33 Brasil; Gonzalo Lopes, como ouvinte representado o Grupo Eleva Educação; Cláudio
34 Nascimento Silva, como ouvinte representando a Aliança Nacional LGBTI; Cristina Maria



Ministério da Educação
FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO
Secretaria do Fórum Nacional de Educação

35 Carvalho Delou, como ouvinte representando a Coordenação de Políticas, Reg. e Capacitação em
36 Educação Superior; Flávio Vicente, como ouvinte representando a assessoria do Senador Flávio
37 Arns; e Rafael Martins Ferrari, como ouvinte representando a Secretaria de Educação Básica, do
38 Ministério da Educação – SEB/MEC. Ao iniciar a reunião do Fórum Nacional de Educação –
39 FNE, a coordenadora Maria Ester Galvão de Carvalho cumprimentou a todos (as) presentes e
40 solicitou que se apresentassem e falassem sobre os trabalhos realizados em suas próprias
41 Instituições. Após a apresentação dos presentes na reunião, a coordenadora Maria Ester Galvão
42 de Carvalho solicita a aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Fórum, do dia 17 de dezembro
43 de 2019, após a aprovação da Ata pela plenária, prossegue a fala afirmando que o FNE já fez o
44 pedido para que o Ministério da Educação – MEC, via Secretaria Executiva Adjunta – SEA,
45 disponibilizasse os custos das passagens e diárias dos membros do Fórum. Neste momento,
46 solicitou apoio dos membros do Fórum que são do MEC para que na próxima reunião, já
47 agendada para o dia 07 de agosto de 2020, que os custos fossem pelo MEC. Após, agradeceu a
48 presença do Senador Flávio Arns e passa o tempo para que ele pudesse falar. O senador Flávio
49 Arns fala da importância de todas as entidades que compõem o FNE na Educação do país e que
50 precisam trabalhar com afinco. Se dispõe a ajudar o Fórum, como Comissão da Educação do
51 Senado Federal, com reforços, palavras, reuniões, sendo totalmente respeitosos com os
52 superiores. Foi entregue pela equipe do Senador Flávio Arns materiais impressos, um Folder e o
53 Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 15/2015, comentado, sobre o novo Fundo
54 Nacional de Desenvolvimento e Valorização da Educação Básica – FUNDEB que está em debate
55 no Congresso Nacional. O material tem o objetivo de mostrar as mudanças que tem ocorrido no
56 Fundeb, pois nem todos conseguem participar das audiências públicas e não têm pleno
57 conhecimento sobre a PEC. Segundo o Senador Flávio Arns, cada comissão do Senado deve
58 estabelecer uma política pública da comissão para elaboração de um relatório final com
59 sugestões e encaminhamentos. Em sua fala, ponderou que no ano passado a política pública da
60 Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, por proposição do Senador Dário
61 Berg, Presidente da Comissão, foi o Fundeb. Então o relatório foi produzido como um subsídio
62 de leitura do que foi dito, porém a discursão sobre a Educação é para vida toda, que é planejar,
63 executar, avaliar e replanejar. O senador Flávio Arns, como relator de umas das PECs do
64 Senado, procura fazer um trabalho bem articulado com a Deputada Dorinha, que é a relatora da
65 Câmara dos Deputados. As suas assessorias e consultorias, do Senado e da Câmara, trabalham
66 continuamente juntas. Desta maneira harmoniosa foi elaborado esse relatório, de modo que os
67 leitores entendam o que o artigo está querendo dizer para ficar mais didático e discorre que todas
68 as falas e materiais que os membros do FNE venham a produzir, necessariamente, precisam fazer



Ministério da Educação
FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO
Secretaria do Fórum Nacional de Educação

69 com que a população se torne mais tranquila sobre o assunto. Usar uma linguagem totalmente
70 popular. A Educação Básica envolve a educação de jovens e adultos, educação da pessoa com
71 deficiência, indígenas, quilombolas, LGBTI, entre outros que precisam serem incluídos. E o
72 Fundo Nacional de Desenvolvimento e Valorização da Educação Básica – FUNDEB, envolve
73 todas essas pessoas para a qualidade das etapas de ensino que precedem a conclusão de curso
74 superior. É preciso ver o Custo Aluno Qualidade para uma escola. Escolas com banheiros,
75 energia elétrica, água encanada, internet, quadra, biblioteca e etc. para haver uma creche boa é
76 preciso analisar o Custo Aluno Qualidade e manter. Todos precisam ter a chance de estudo. Para
77 se ter um Brasil diferente é preciso fazer com que as pessoas consigam se formar no ensino
78 médio e o Fundeb veio para auxiliar nesse trabalho. O senador Flávio Arns encerra sua fala,
79 ressalta que a meta de todos é ter a Educação em primeiro lugar e encaminhará para o FNE o
80 material entregue em meio digital para divulgação a todos membros do Fórum. O senhor Toni
81 Reis agradece as palavras do senador Flávio Arns, o parabeniza pelos trabalhos e sugere que o
82 FNE crie um Grupo de Trabalho para que seja feito um estudo sobre o assunto onde todos os
83 membros, 40 entidades, poderão assinar. A senhora Cristina Maria Carvalho Delou agradece ao
84 senador a apresentação e dá ciência de que a Diretoria de Educação Especial hoje defende o
85 melhor espaço do aluno com vínculo da educação especial e não um único espaço de classe
86 comum. Afirma que nem todos se desenvolvem satisfatoriamente na classe comum, e as
87 instituições especializadas demonstraram nesse tempo que são parceiras no desenvolvimento
88 desses alunos. Comenta que, segundo a apresentação do senador Flávio Arns, as instituições
89 especializadas já estão sendo incluídas na política do Fundeb. Tem o sonho de equiparar o
90 Fundeb das instituições ao Fundeb das escolas públicas, pois quando essas instituições são
91 conveniadas com os sistemas de ensino, os alunos recebem o atendimento especializado, não só
92 na área da saúde, mas também na área educacional. E finaliza dizendo que o Fundeb vem com o
93 apoio para que o tempo escolar seja significativo para cada um, com equidade e inclusão. O
94 Senador Flávio Arns diz que esse assunto será discutido depois de uma regulamentação do
95 Fundeb e concorda que a criança deficiente tem o direito a educação, porém é importante ouvir a
96 família e a pessoa interessada. O senhor Ítalo Francisco Curcio agradece as palavras que
97 denotam muita ponderação e zelo do Senador e o parabeniza pelo ativo trabalho no Senado
98 Federal. Sobre o novo Fundeb, aponta que o panorama geral é fraco com relação à infraestrutura
99 escolar, desde a creche até o ensino médio. Na formação de professores, que passam quatro anos
100 em uma universidade, porém, não considera que a formação seja suficiente para preparar e
101 formar os educadores que atendam a essas especificidades, sobretudo as da educação especial.
102 Apresenta questionamentos sobre o que deve ser feito para preparar melhor os professores, sejam



Ministério da Educação
FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO
Secretaria do Fórum Nacional de Educação

103 os que estão ingressando e aqueles mais antigos, que não são capacitados para a educação
104 especial. Em sua fala diz que gostaria de ver um empenho maior para a formação continuada do
105 professor. A senhora Roberta Guedes pontua dois problemas que as instituições formadoras
106 enfrentam em relação à formação continuada dos professores: 1. As pessoas não querem ser
107 professores. 2. As universidades de uma forma geral não têm recebido adequadamente os alunos
108 de inclusão. A senhora Suely Melo de Castro Menezes destaca que o Conselho Nacional de
109 Educação – CNE tem se preocupado exatamente sobre a questão abordada pelo senhor Ítalo
110 Francisco Curcio, com preocupação e foco de trabalho na formação continuada de professores
111 para a educação especial. O senhor Anthony Tannus Wright informou que a SEALF criou uma
112 plataforma disponível para formação continuada de professores, na qual qualquer cidadão tem
113 acesso. O senador Flávio Arns agradece a participação e os comentários, coloca-se a disposição e
114 enaltece o trabalho de todos em favor da Educação. A coordenadora Maria Ester Galvão de
115 Carvalho fez um ajuste de pauta, no momento em que seriam apresentadas as alterações no
116 Regimento Interno do Fórum, pela senhora Roberta Guedes e Alessio Costa Lima, a plenária
117 deliberou pela retirada da matéria da pauta, que será apreciada na próxima reunião. Ficou
118 deliberado pela plenária que o Regimento Interno do Fórum será encaminhado a todos os
119 membros do FNE para que façam um estudo prévio, enviando aos integrantes da Comissão
120 Especial de Monitoramento e Sistematização – CEMS suas sugestões de melhoria, sendo que
121 estes ficaram responsáveis por recolher as sugestões e apresentar uma proposta final na reunião
122 de agosto de 2020. O senhor Arnaldo Cardoso Freire se opôs a retirada da Pauta o Regimento
123 Interno da reunião por considerá-lo importante e com extrema necessidade de atualização para
124 funcionamento dos trabalhos do Fórum. Contudo, pela maioria ficou decidida a apresentação de
125 proposta de alteração do Regimento Interno do Fórum, com uma revisão de consultorias
126 jurídicas, conforme proposto pelo senhor Toni Reis. Em seguida a palavra foi passada para o
127 senhor Arnaldo Cardoso Freire, integrante da Comissão de Avaliação, sobre a apreciação de
128 entrada da Federação Nacional das Associações Pestalozzi no FNE, conforme Ofício nº.
129 001/2020-FENAPESTALOZZI, de 10 de janeiro de 2020. Porém, o senhor Arnaldo Cardoso
130 Freire não fez um parecer sobre a solicitação e fez o pedido à coordenadora do Fórum para que
131 recompusessem essa Comissão. Neste momento da reunião, a plenária reorganizou a Comissão
132 de Avaliação responsável pela apreciação de proposta de entradas de novas entidades no FNE,
133 sendo as entidades: a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC,
134 representado pelo senhor Paulo Muniz Lopes, titular, a Confederação Nacional dos
135 Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN, representado pelo senhor Arnaldo Cardoso Freire,
136 titular e o Comitê Brasileiro das Organizações Representativas das Pessoas com Deficiência –



Ministério da Educação

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Secretaria do Fórum Nacional de Educação

137 CRPD, representando pela senhora Edna Aparecido Alego, titular. Ficou encaminhado que a
138 decisão de entrada da Federação Nacional das Associações Pestalozzi será deliberada após os
139 trabalhos de reestruturação do Regimento do Fórum Nacional de Educação. Os senhores Toni
140 Reis e Arnaldo Cardoso Freire, coordenadores da Comissão Especial de Mobilização e
141 Divulgação – CEMD, apresentaram uma minuta Ofício de comunicação de articulação com os
142 Fóruns Estaduais de Educação – FEEs. O senhor Ítalo Francisco Cúrcio questionou se haverá
143 mais uma Conferência Nacional de Educação em 2022. Houve informação de que segundo a Lei
144 nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, Art. 6º “A União
145 promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências nacionais de educação até o final do
146 decênio, precedidas de conferências distrital, municipais e estaduais, articuladas e coordenadas
147 pelo Fórum Nacional de Educação, instituído nesta Lei, no âmbito do Ministério da Educação”.
148 Foram sugeridas algumas alterações e logo em seguida aprovada a minuta Ofício. Foi proposto
149 para a CEMD que seja construída outra minuta de ofício aos FEEs sugerindo que façam
150 planejamento de agenda de trabalho para 2021, com foco em preparação de conferências de
151 2022. O senhor Eduardo Cezar propõe que também seja feita uma comunicação para os Fóruns
152 Municipais de Educação – FMEs. Na sequência o senhor Alessio Costa Lima fez uma
153 apresentação sobre o Fundeb e os impactos da reforma tributária na Educação. Durante a
154 apresentação foram abordados os desafios urgentes do Plano Nacional de Educação – PNE em
155 âmbito nacional – especialmente a ampliação do investimento público em educação pública –
156 Meta 20 do PNE. Apresenta o Fundeb como um fundo de natureza contábil no âmbito de cada
157 Estado que beneficia, aproximadamente, 40 milhões de matrículas da educação básica pública
158 (da creche ao ensino médio). Mostrou a estrutura atual do Fundeb e a evolução dos fatores de
159 ponderação. Teceu comparações entre a PEC 15/2015 (Minuta) da Câmara dos Deputados, de
160 autoria da Deputada Dorinha Seabra, a PEC 65/2019 (Minuta) do Senado Federal, pelo Senador
161 Arns e a proposta final com a PEC 15/2015 (Parecer Substitutivo – 2ª Versão) que torna o
162 Fundeb permanente, incorporado à Constituição Federal. Mostrou que a Undime defende um
163 Fundeb capaz de: 1. Universalizar o direito à educação. 2. Valorizar os educadores. 3. Melhorar
164 as condições de ensino-aprendizagem nas escolas públicas de educação básica. 4. Promover
165 justiça federativa. 5. Consagrar o princípio da exclusividade de aplicações de recursos públicos
166 em escolas públicas. O senhor Toni Reis propõe uma Nota Pública a respeito do Fundeb do FNE
167 com a aprovação dos membros. Após a apresentação do senhor Alessio Costa Lima a reunião foi
168 pausada para o almoço, com retorno marcado para as 13h30min. Após o retorno do pleno, a voz
169 foi passada para o senhor Fabrício Storani, Diretor de Políticas para Mobilidades Especializadas
170 de Educação e Tradições Brasileira, que fez sua apresentação sobre os trabalhos desenvolvidos



Ministério da Educação

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Secretaria do Fórum Nacional de Educação

171 em sua Diretoria na SEMESP/MEC. Expôs a missão, visão e valores da SEMESP e ressaltou que
172 a Secretaria apoia os estados e municípios na implementação de Políticas Educacionais que
173 tratam de Educação Especial (modalidade), Educação do Campo (modalidade), Educação Escolar
174 Indígena (modalidade), Educação Escolar Quilombola (modalidade), Educação para as Relações
175 Étnico-Raciais (temática) e Educação para o fortalecimento das Tradições Culturais Brasileiras
176 (temática). Apresentou as modalidades no Censo Escolar: Educação do Campo, Educação
177 Escolar Quilombola e Educação Escolar Indígena (evolução do número de escolas, evolução das
178 matrículas – 2015 a 2018 e o nível de instrução dos professores de cada modalidade). Discorreu
179 sobre os programas e ações da Secretaria e, em seguida, mostrou a infraestrutura das Escolas
180 indígenas, quilombolas e do campo. Após a apresentação do senhor Fabrício Storani, o senhor
181 Anthony Wright, Chefe de Gabinete da Secretaria de Alfabetização do MEC apresentou de
182 maneira concisa as atividades desenvolvidas pela Secretaria no ano de 2019 e no primeiro
183 bimestre de 2020. Explicou o cenário atual e o enorme desafio que o MEC tem para melhorar a
184 qualidade da alfabetização no Brasil. Apresentou dados do IBGE, Censo Escolar, do Inep e do
185 PISA. Logo em seguida comentou como foi o processo de elaboração a Política Nacional de
186 Alfabetização, Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Ressaltou todos os relatórios e
187 documentos com evidências científicas consultados e as experiências exitosas nacionais e
188 internacionais que foram levadas em conta. A segunda parte da exposição, o senhor Anthony
189 abordou as ações de implementação da PNA. Primeiramente, a adesão, em junho de 2019, do
190 Brasil ao *Progress in International Reading Literacy Study – Pirls*, principal exame internacional
191 padronizado sobre leitura. O lançamento do Caderno da Política Nacional de Alfabetização e a
192 realização da Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências – Conabe, que
193 contou com a ilustre presença do ex-Ministro da Educação de Portugal Nuno Crato e vários
194 renomados especialistas nacionais e internacionais da ciência cognitiva da leitura. Por fim, o
195 senhor Anthony dedicou a última parte da sua exposição para explicar os dois programas da
196 Secretaria de Alfabetização: o “Conta pra Mim” e o “Tempo de Aprender”. Após a apresentação
197 do senhor Anthony Tannus Wright, a senhora Maria Ester Galvão de Carvalho contextualizou as
198 atribuições do Fórum e fez alguns encaminhamentos práticos de trabalho. Acompanhar o
199 monitoramento do PNE e estabelecer contínua interlocução com a sociedade, por meio da
200 produção de documentos acessíveis e que possam ter capilaridade. O Fórum precisa produzir
201 material para que os Municípios e Estados se motivem para o contínuo acompanhamento das
202 metas dos PMEs e PEEs. A senhora Marioneide Angélica Kliemaschewsk contou sobre a
203 experiência que tem vivido no Estado de Mato Grosso quanto Fórum Estadual e quanto à
204 Secretaria de Educação em relação ao Plano Estadual de Educação. Em 2019 foi recebido um



Ministério da Educação
FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO
Secretaria do Fórum Nacional de Educação

205 Ofício do Tribunal de Contas do Estado – TCE informando que fariam uma visita técnica à
206 Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso – SEDUC/MT para verificar se o Plano
207 Estadual estava alinhado com o Nacional. A senhora Marioneide afirmou que o TCE vem
208 cobrando o alinhamento de meta por meta. Foi instituída uma equipe interna na SEDUC/MT
209 para monitorar, acompanhar e fazer a avaliação do Plano, conforme determina a lei. Sugere que o
210 Fórum Nacional de Educação tenha um documento orientativo para os Estados e Distrito Federal
211 de como monitorar e avaliar os Planos Estaduais, Distrital e Municipais. O senhor Ítalo Francisco
212 Cúrcio fez uma colocação de que se deve pensar nas metas do atual PNE e sugeriu ações de
213 fortalecimento dos Fóruns Estaduais, Distrital e Municipais. A coordenadora Maria Ester de
214 Galvão de Carvalho sugere a criação de um grupo prático de trabalho de produção para obter
215 dados estatísticos das metas para cada Estado, com o apoio do INEP. O material deve ser
216 produzido de forma que seja de fácil entendimento para a sociedade, além de orientar as
217 Secretarias de Educação e os Fóruns em relação ao contínuo desenvolvimentos de atividades de
218 monitoramento. A senhora Marioneide Angélica Kliemaschewsk verificará a possibilidade do
219 CONSED ajudar nesse trabalho. Foi solicitada a ajuda ao senhor Alexandre Barbosa Brandão da
220 Costa, do INEP, no sentido de que viabilize algum apoio para que o FNE possa obter orientações
221 técnicas quanto às fontes de dados e sobre como estruturar relatórios por unidades da Federação.
222 O senhor Alexandre Brandão informou que o INEP está fechando o monitoramento do novo
223 relatório que sairá em junho/julho. Então, no segundo semestre de 2020 haverá dados dos
224 Estados, do Distrito Federal e de nível nacional. Outros dados virão com o final da realização do
225 Censo. O senhor Alexandre Brandão afirmou que em virtude da autonomia dos entes federados
226 cada um terá um estágio de planejamento e avalia uma dificuldade para o trabalho do Inep, do
227 Fórum e até mesmo do Governo Federal para uma checagem sobre as ações que cada ente
228 federado está realizando. A senhora Maria Ester Galvão de Carvalho reitera o pedido de que seja
229 constituído um grupo técnico com a equipe do INEP para ter uma orientação de como produzir o
230 material para os Estados e o Distrito Federal. Este material, além de contemplar os dados
231 estatísticos, deve conter uma análise crítica, para que os órgãos integrantes dos Sistemas
232 Educativos tenham elementos para considerar políticas públicas que promovam melhorias ou
233 adaptações das metas de seus planos de Educação. A coordenadora agradeceu a todos (as) pelas
234 contribuições prestadas ao FNE e, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião.